

Demonstrações Financeiras

MULTIAGRO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ/MF: 25.178.979/0001-13

31 de dezembro de 2025 e

31 de dezembro de 2024.

Cuiabá - MT, 09 de Janeiro de 2026.

Aos acionistas da

MULTIAGRO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

Senhores Acionistas,

A Administração da **MULTIAGRO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao período de 31 de dezembro de 2025 comparadas a 31 de dezembro de 2024.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 03 de junho de 2016 de acordo com as leis brasileiras vigentes e tem como objetivo social (I) securitização de quaisquer direitos creditórios; (II) emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; (III) cessão dos direitos creditórios; (IV) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; (V) realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades.

MULTIAGRO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

Diretor Presidente
Leonardo Rodrigues de Mendonça

MULTIAGRO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ/MF: 25.178.979/0001-13

Balanco Patrimonial dos Períodos findos em:

(Em Reais)

ATIVO	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.200.601	1.185.043
Direitos creditórios	6	12.493.748	10.249.334
Partes Relacionadas		141.988	32.000
Outros créditos		107.400	107.400
Adiantamento de Salários		5	3
Total do Ativo Circulante		13.943.742	11.573.780
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	7	1.000	1.000
Total do Ativo Não Circulante		1.000	1.000
		13.944.742	11.574.780
PASSIVO			
Passivo Circulante			
Obrigações trabalhistas		102.923	57.119
Obrigações tributárias		16.548	15.747
Outros débitos	8	643.298	643.145
Total do Passivo Circulante		762.769	716.011
Passivo não Circulante			
Debêntures	9	11.755.555	9.752.560
Total do Passivo não Circulante		11.755.555	9.752.560
Patrimônio Líquido	10		
Capital Social		10.000	10.000
Resultado acumulado		1.134.620	883.650
Ajustes do exercício anterior		(38.411)	(38.411)
Resultado do período		320.209	250.970
Total do Patrimônio Líquido		1.426.418	1.106.209
TOTAL DO PASSIVO		13.944.742	11.574.780

MULTIAGRO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ/MF: 25.178.979/0001-13

Demonstração do Resultado dos períodos findos em:

(Em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Receitas operacionais		415.384	381.798
Receita de Securitização		388.260	358.173
Receita de Serviço		27.124	23.625
(-) Deduções da Receita		(34.307)	(27.669)
Receita operacional líquida		381.077	354.129
Despesas Operacionais	11		
Despesas gerais e administrativas		(240.379)	(208.407)
Total das despesas operacionais		(240.379)	(208.407)
Lucro antes do resultado financeiro		140.698	145.722
Despesas Financeiras	12	(16.354)	(15.415)
Receitas Financeiras	12	323.711	217.141
Resultado financeiro líquido		307.357	201.726
Resultado antes das provisões		448.055	347.448
(-) Provisão para contribuição social		(40.195)	(31.891)
(-) Provisão para imposto de renda		(87.652)	(64.587)
Lucro líquido do período		320.208	250.970
Lucro líquido por ação		32,02	2,51

MULTIAGRO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ/MF: 25.178.979/0001-13

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos períodos findos em:
(Em Reais)

	Capital Social	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31/12/2019	10.000	18.017	28.017
Resultado líquido do Período		384.882	384.882
Saldo em 31/12/2020	10.000	402.899	412.899
Resultado líquido do Período		141.597	141.597
Ajustes de Exercícios Anteriores		(11.562)	(11.562)
Saldo em 31/12/2021	10.000	532.934	542.934
Resultado líquido do Período		146.393	146.393
Ajustes de Exercícios Anteriores		(15.856)	(15.856)
Saldo em 31/12/2022	10.000	663.471	673.471
Resultado líquido do Período		192.762	192.762
Ajustes de Exercícios Anteriores		(11.186)	(11.186)
Saldo em 31/12/2023	10.000	845.047	855.047
Resultado líquido do Período		250.970	250.970
Ajustes de Exercícios Anteriores		192	192
Saldo em 31/12/2024	10.000	1.096.209	1.106.209
Resultado líquido do Período		320.208	320.208
Ajustes de Exercícios Anteriores			
Saldo em 31/12/2025	10.000	1.416.417	1.426.417

MULTIAGRO SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A.

CNPJ/MF: 25.178.979/0001-13

Demonstração do Fluxo de Caixa dos períodos findos em:

(Em Reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	448.055	347.448
Ajustado por:		
Remuneração debêntures	2.002.996	1.552.026
Ajuste de exercício anterior		192
	<u>2.451.051</u>	<u>1.899.666</u>
(Aumento)/Diminuição das contas ativas		
Direitos creditórios	(2.244.414)	(3.011.343)
Outros créditos	(109.990)	(3)
Aumento/(Diminuição) das contas passivas		
Obrigações Trabalhistas	45.804	44.690
Obrigações Tributárias (exceto IRPJ e CSLL)	801	2.867
Outros Débitos	153	243.145
Caixa usado nas operações	<u>143.405</u>	<u>(820.978)</u>
- Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(127.847)	(96.478)
Caixa proveniente/(usado) nas operações	<u>15.558</u>	<u>(917.456)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Integralização de Debêntures		1.870.000
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		<u>1.870.000</u>
AUMENTO/(DIMINUIÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES	<u>15.558</u>	<u>952.544</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.185.043	232.499
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	1.200.601	1.185.043

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2025 COMPARADAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2024.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Multiagro Securitizadora de Créditos S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, não financeira, criada em 03 de junho de 2016, e tem como objeto social a securitização de quaisquer direitos creditórios; emissão e colocação de títulos e valores mobiliários; cessão dos direitos creditórios; prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de créditos oriundos de suas operações; realização de negócios e prestação de serviços compatíveis com suas atividades. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na Avenida Doutor Hélio Ribeiro, número 525, Edifício Helbor Dual Business, sala 2204, Bairro Residencial Paiaguás, na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, CEP: 78.048-250.

2) RISCOS

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos.

Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.4 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2026 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.5 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2026, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.6 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.7 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela

instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.8 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.9 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao ***“Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC”*** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da

data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A

receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4%

(quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário**.

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: BC TG 39 (R1), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2025 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser

contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência. A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14 Evento Subsequente

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos”, no passivo circulante. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	1.200.459	1.185.043
Caixa	142	
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.200.601	1.185.043

6) DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras, dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Direitos Creditórios a Receber	12.493.748	10.249.334
Total dos Direitos Creditórios a Receber	12.493.748	10.249.334

7) IMOBILIZADO

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto de o imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual. A conta de “imobilizado” é composta por:

Descrição	Custo de Aquisição	Depreciação/ Amortização	Residual 31/12/25	Residual 31/12/24
Participações Societárias	1.000		1.000	1.000
Total do Imobilizado	1.000		1.000	1.000

8) OUTRAS OBRIGAÇÕES

São registrados nessa conta contábil os tributos a pagar pela Companhia. Os valores estão dispostos da seguinte forma:

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Outros débitos	643.298	643.145
Total de Outras Obrigações	643.298	643.145

9) DEBENTURES

A Companhia realizou 01 (uma) emissão de debêntures até o encerramento do exercício, sendo assim:

- A 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 04 (quatro) de agosto de 2016, onde foram emitidas 800 (oitocentas) debêntures simples não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$8.000.000,00 (Oito milhões de reais), realizada em duas séries. As debêntures terão vencimento de 240 (Duzentos e quarenta meses) meses, contados a partir da data de emissão anteriormente estabelecida. A base de remuneração a 1ª série das debêntures fará jus à participação nos lucros antes dos impostos, excluindo os valores de equivalência patrimonial, na proporção de 85% (oitenta e cinco por cento) destes, sendo devida mensalmente à medida que o lucro for sendo auferido. Já as debêntures da 2ª série farão jus a remuneração de 120% (cento e vinte por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (DI) de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP.

Descrição	31.12.2025	31.12.2024
1ª (primeira) emissão	8.000.000	8.000.000
(-) Debêntures a integralizar – 1ª emissão	(3.770.000)	(3.770.000)
Remuneração – 1ª emissão	7.525.555	5.522.560
Total de títulos e valores mobiliários	11.755.555	9.752.560

10) PATRIMONIO LIQUIDO

Capital Social

O Capital Social é de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), representado por 10.000 (Dez mil) ações ordinárias sem valor nominal.

Resultado do exercício

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia auferiu um lucro no valor de R\$ 320.208,88 (Trezentos e vinte mil, duzentos e oito reais e oitenta e oito centavos).

11) RESULTADO OPERACIONAL

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	31/12/2025	31/12/2024
Receitas operacionais	415.384	381.798
Receita de Securitização	388.260	358.173
Receita de Serviços	27.124	23.625
(-) PIS	(4.606)	(3.703)
(-) COFINS	(28.345)	(22.785)
(-) ISS	(1.356)	(1.181)
Despesas operacionais	(240.379)	(208.407)
Despesas operacionais	(240.379)	(208.407)
Resultado operacional líquido	140.698	145.722

12) RESULTADO FINANCEIRO

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição (em reais)	31/12/2025	31/12/2024
Receitas Financeiras	323.711	217.141
Juros de Aplicações Financeiras		
Juros Ativos	323.711	217.141
Outras Receitas		
Despesas Financeiras	(16.354)	(15.415)
Juros Passivos	(100)	(153)
Multas Passivos	(353)	(872)
Despesas Bancárias	(15.292)	(13.811)
IOF	(609)	(579)
Resultado financeiro líquido	307.357	201.726

13) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios a receber e debêntures a pagar, todos realizados em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Direitos Creditórios a receber (nota 6): os direitos creditórios a receber são avaliados no momento inicial pelo valor de face.

Debêntures (nota 9): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2025.

Cuiabá - MT, 09 de janeiro de 2026.

Leonardo Rodrigues de Mendonça
Diretor Presidente

Raquel Souza Ferreira Rodrigues de Mendonça
Diretora Vice-Presidente

George Sobrinho de Queiroz Schumacher
Contador - CRC/MT – 016271/O-7 T-PR